

Discussões sobre a juventude: um registro prático da oralidade intelectual.

ABRAMO, Helena W.; FREITAS, Maria V. de; SPOSITO, Marília P. (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2002, 136p.

Romero G. Maia*

O livro foi originado de um ciclo de debates denominado “Juventude e contemporaneidade”, ocorrido na cidade de São Paulo, entre os dias 11 de maio e 1 de junho de 1998. A primeira edição dele somente veio à luz dois anos depois. As sessões de discussão do evento se encontram registradas nas páginas do livro. Sem dúvida trata-se da consolidação de uma iniciativa que deve servir de exemplo para organizações que se empenham a reunir especialistas e interessados em geral para discussão de temas de interesse público.

Mesmo as intervenções da audiência foram transcritas, e dão ao leitor uma sensação visual de como se estivesse presente, assistindo a tudo. Por outro lado, também tornam nítidos alguns fenômenos típicos de encontros deste tipo: intervenções nas quais não é feita nenhuma pergunta aos debatedores e que, por isso, se justificam apenas como simplórios momentos de centralização da atenção alheia para si; perguntas mal elaboradas e algumas respostas sem consonância com as perguntas. Mas isso apenas reforça a maior virtude desta publicação que é conservar o que se passou no evento e, como consequência, aumentar o número de pessoas que podem desfrutar do conteúdo discutido e elaborado ali.

Ao todo foram abordados quatro assuntos dentro da temática geral do evento. Na primeira rodada, as palestras abordaram a questão do trabalho. As exposições foram feitas por Silvio Bock, na época mestrando em Educação pela Unicamp e coordenador do Núcleo de Assessoria e Consultoria em Educação, e Heloísa Martins, doutora em Sociologia e professora da USP.

Bock, o primeiro a falar, vai focar-se na inserção do jovem no mercado. Tenta construir um raciocínio para explicar como o mercado de trabalho está se pondo diante

* Sociólogo efetivo da Prefeitura do Recife. E-mail: romeromaia@gmail.com

dos jovens das classes médias. Para ele, a desvalorização da mão-de-obra, que era um fenômeno mais comum para os indivíduos pobres e desqualificados, está alcançando pontos mais elevados na hierarquia econômica da sociedade brasileira. Tudo ia bem até o mestrando cometer um lapso conceitual. Para explicar o significado da expressão capital cultural ao público, Bock diz: “O capital cultural seria a cadeia de relações pessoais que as famílias mantêm, proveniente também do capital financeiro. Essa teia de relações favorece o ingresso dos jovens quer no estágio, quer no trabalho, possibilitando-os iniciar suas carreiras” (2002: 12). Se recorrermos a Bourdieu (1998), uma vez que Bock, em sua palestra, não referenciou o teórico no qual estão assentadas suas palavras, vamos ter um significado semelhante, mas que se relaciona a outro significante. Isto é, em Bourdieu (1998) a definição dada por Bock está menos para capital cultural do que para capital social. Capital cultural seria a bagagem acumulada por um indivíduo de informações, conhecimentos, noções de comportamentos e sensibilidades, através de investimento em tempo para formação do seu patrimônio intelectual.

Logo após esse pequeno deslize, temos uma breve passagem sobre as conseqüências do discurso neoliberal na ação dos agentes estatais. A construção do estereótipo do jovem consumista pela publicidade, o dilema da escolha profissional e o papel dos orientadores pedagógicos de incentivadores do olhar crítico, também são pontos levantados por Bock, porém sem muitas novidades.

Heloísa Martins, por sua vez, elabora uma prosa mais estimulante no que diz respeito a uma Sociologia da Juventude. De início, divagou rapidamente sobre as mudanças recentes ocorridas na estrutura dos três setores da economia brasileira. Para ela, essas mudanças, mais sentidas no setor secundário, aconteceram em decorrência da assimilação de tecnologia de automação e de novos procedimentos racionalizadores dos processos de trabalho. O setor de serviços, por outro lado, não se expandiu numa proporção capaz de re-inserir todos os dispensados. Na verdade, tanto ele quanto o setor rural também conheceram processos de racionalização da produção. Com esse foco nas questões de emprego, a doutora adota uma definição de juventude baseada no critério da OIT para tratar de seu tema. Tal definição é operacional, ou seja, se baseia em intervalos etários para facilitar comparações estatísticas. Em sua pesquisa particular com jovens metalúrgicos, ela definiu seu

objeto como indivíduos entre 18 e 25 anos que estavam empregados. Martins, mostrando-se conhecedora do debate acadêmico acerca da juventude, admite que sua escolha pelo critério etário possui um quê de arbitrariedade devido à homogeneização que efetua na diversidade social existente na realidade. Todavia, apesar dessa diversidade reconhecida, ela vislumbra uma onde de homogeneização sendo produzida no seio das relações de consumo massificadas. A perda do emprego, da certeza de continuar consumindo, insurge como o maior medo dos jovens entrevistados. Relata que, por causa desse receio, os jovens pesquisados, “que constroem sua identidade no fim da sociedade do trabalho” (2002:21), se vêem banidos quase totalmente dos produtos de lazer orientados para a demanda jovem, como passear nos *shoppings*, ir a festas ou *shows*, pois são “marcados pelas responsabilidades da sobrevivência” (2002: 22). Martins também responsabiliza a inércia dos agentes estatais por esse cenário lamentável para o jovem, e afirma que, para combater eficazmente o desemprego, necessita-se de vontade política para negociar redução da jornada de trabalho com manutenção dos salários. No que diz respeito a existência ou não de uma cultura propriamente juvenil, a professora é taxativa em seu discurso: “Creio que não é possível falar em uma cultura juvenil, que homogeneiza a juventude” (2002: 22).

O segundo assunto tratado diz respeito à cultura e participação dos jovens. Como expositores estão Marcelo Paiva, deficiente físico, jornalista e escritor; e Regina Novaes, antropóloga e professora da UFRJ.

Paiva vai tecer toda sua exposição sob a noção do jovem como um ente de forte essencialmente revolucionário. Por outro lado, sua perspectiva histórica da juventude é geracional. O que nos parece um raciocínio incoerente, já que cada geração tem suas características particulares e, portanto, a existência de uma geração não-revolucionária é exequível. Começa, então, a estabelecer comparações entre as culturas políticas, mais especificamente entre as formas de mobilização no Brasil e nos Estados Unidos, lugar onde estudou e morou. Defende claramente a superioridade da democracia americana, e preconiza um comportamento semelhante por parte dos jovens brasileiros, a saber, a luta cotidiana pelos direitos individuais. Reconhece, todavia, feitos importantes associados à mobilização dos jovens no Brasil. Cita como

exemplo o *impeachment* do atual ex-presidente Collor. Termina dizendo que os jovens, mesmo imaturos, são sua fonte de inspiração para agir.

Novamente a voz da academia faz subir o nível do debate. Novaes começa localizando geograficamente seu objeto: “Meu ponto de partida é uma experiência localizada no Rio de Janeiro...” (2002: 46). Depois disso, e antes de começar a falar sobre sua questão central, também cuida de delimitar algumas facetas do conceito de juventude. Discorre sobre ponto de vista biológico, histórico, e até sobre a negação do conceito, ou seja, da juventude como uma palavra vazia, uma vez que não designa, necessariamente, problemática comum a todos que compartilham da mesma idade. Diante do impasse, em uma frase mostra sua posição com relação à definição: “O lugar social que pessoas jovens ocupam na sociedade influi, portanto, na maneira como elas são ou não pensadas como jovens” (2002: 47). O que ela quis dizer com isso é que, independentemente de se constituir um grupo homogêneo, a juventude sempre ocupa um espaço que é alvo de expectativas socialmente partilhadas pela cultura de uma época em uma determinada sociedade. Para a antropóloga, as chamadas etapas da vida, etariamente construídas, são parte de um jogo imperfeito de limitação objetiva de acesso ao poder. A relação poderia simplesmente ser exposta assim: quanto mais jovem, menor o acesso aos meios de decisão. Desta forma, chega a seu conceito de juventude. Ela une a perspectiva biológica de desenvolvimento do organismo com os marcos culturais partilhados pelos próprios jovens. Com uma visão apurada da realidade, mostra que um marco cultural pode ligar o que, à primeira vista, parece distinto. Usa o discurso das gerações complementarmente ao da dinâmica cultural. Identifica que, a partir do final dos anos 70, todos os jovens cariocas, por mais diferenças que tenham entre si, estão submetidos a um marco cultural muito forte, capaz de determinar sensações e guiar suas ações. Para a antropóloga, todos esses jovens nasceram imersos na cultura do medo, originária do crescimento relativo da violência nas metrópoles e da divulgação dos eventos violentos pelos meios de comunicação. É nesse sentido que começa a descrever as conseqüências sobre a juventude de hoje. Identifica que está em desenvolvimento um processo reinvenção da política, baseada na exposição explícita das diferenças entre os jovens. Como exemplo, fala do trabalho do grupo GerAção, que buscou uma aproximação com os jovens da favela Vigário Geral para sessões de ajuda mútua. Por fim, Novaes resume

três importantes pontos para se pensar as formas de participação da juventude: a) o papel das minorias na constituição de uma geração. b) as diferenças entre as gerações. c) o jovem rompe com a racionalidade moderna levando uma forte carga emocional, de solidariedade, para agenda política, gerando efeitos que devem ser analisados com atenção pelos estudiosos.

No capítulo 3 encontramos o debate acerca das drogas. Os textos provêm das palestras da socióloga e professora da USP, Beatriz Carlini-Cotrim, e do psicoterapeuta e consultor, José E. Bologna.

A professora Carlini-Cotrim, metódica, divide sua apresentação em eixos que se tocam pelo que ela chama de “estranhamento do óbvio”. Na verdade, se trata de pensar a respeito de questões já superadas pelo senso comum mas que, quando postas diante de uma reflexão mais apurada, são capazes de abrir novas perspectivas sobre o problema. Então Carlini-Cotrim começa sua exposição respondendo o que são as drogas a partir do olhar clínico, da medicina, e do olhar legal, do direito. Mostra que podem ser feitas relativizações de ambos os lados. Diz que, por exemplo, no início do século XX, a cocaína não sofria restrições de uso nos Estados Unidos, nem do ponto de vista legal, nem moral. Sua comercialização era freqüente nas drogarias da época, além de fazer parte, também, do rol de ingredientes do vinho Mariani, produzido na Europa, e do refrigerante Coca-Cola. Do ponto de vista médico, admite que havia muitas mortes em decorrência do uso irrestrito. Entretanto, esse fenômeno ocorre de forma semelhante com o consumo de bebidas alcoólicas nos dias atuais. A juventude entra em sua exposição quando trata de quem está usando drogas hoje. No Brasil, aponta que o consumo de drogas se manifesta em quase toda população, sendo o jovem o maior consumidor das drogas ilícitas. Mas assegura que não há evidências empíricas que as drogas ilícitas sejam mais perigosas, e para justificar tanta preocupação da relação delas com os jovens. Do conjunto das mortes por causas externas (vítimas de acidentes e violência) registradas na região metropolitana de São Paulo em 1994, 63% eram pessoas localizadas na faixa dos 15 aos 29 anos e, entre eles, 50% estavam fortemente alcoolizados no momento que morreram. A professora cita esse dado no sábio intuito de levar o público a refletir se existe ou não coerência em proibir, por exemplo, maconha e cocaína, e deixar o consumo de bebidas alcoólicas livre. É interessante notar que a professora elucida que todo o debate

corrente sobre as drogas continuará incompleto caso se restrinja apenas ao âmbito da legalidade. Achava-se que se discutia a droga, mas na verdade se discutia sobre uma representação social possível da droga. Para a professora, a proibição de certas drogas se parece com uma forma de controle social sobre a juventude, definindo como patológicos alguns impulsos típicos dessa época de vida, como a curiosidade pelo proibido. A solução, de acordo com Carlini-Cotrim, passa pelas escolas. Elas devem canalizar a energia dos jovens para outros fins, facilitando seu acesso a outras formas de entretenimento, e tomando-o como sujeito ativo no processo de difusão da prevenção, um agente capaz de entender e articular novas alternativas menos arriscadas de busca pelo prazer.

A palestra de Bologna é pouco coesa e bastante abstrata. Ele que se propõe a elaborar um discurso para além dos dados estatísticos, não chega a cumprir tal empreitada com louvor. Constrói sua tentativa intercalando uma visão cognitivista da educação com uma noção psicanalítica da vida humana. Segundo o psicoterapeuta, visão cognitivista é a crença de “que as pessoas buscam aprender e saber por elas mesmas” (2002: 79), sempre. Seria uma espécie de fenômeno orgânico, que obedece à certa ordem, do saber objetivo ao saber reflexivo com relação à realidade circundante. Tal assertiva nos parece improvável, uma vez que é amplamente reconhecida a anterioridade do conhecimento mítico sobre conhecimento racional-objetivo. Por sua vez, a noção psicanalítica está alicerçada na existência do inconsciente. Tal elemento opera a todo instante e, de acordo com Bologna, controla boa parte da consciência. Até esse momento não se sabe que utilidade explicativa vai ter esses conceitos dentro da temática acertada. Depois disso, Bologna cita algumas “verdades psicológicas estabelecidas” (2002: 84). Para ele, o jovem é imitador e curioso, por isso sente-se incitado para tudo que é proibido. A difusão do uso de drogas nasceria dessas características. Um jovem vai até a droga por curiosidade, e o comportamento desviante se espalharia tanto pela curiosidade como pela imitação. Logo, para os adultos e educadores romperem esse círculo vicioso, é necessário mudar de postura, despir-se do papel de conselheiro e assumir o de referencial. Mantendo respeito pela alteridade através do diálogo permeado pela troca de experiências pessoais. Em suma, para Bologna, a intervenção do adulto não deve

provir do aconselhamento lógico, pois isso se configura ineficiente e num desrespeito pela subjetividade cognitivista alheia.

Na última rodada de debates é onde está o melhor do livro. Sérgio Adorno, sociólogo e professor da USP, e Yves de La Taille, psicólogo e também professor da USP, fizeram jus à profundidade do tema que receberam para estudar, a saber, Ética e Violência.

Adorno, com muita prudência, propõe que se pense a juventude por uma ótica dupla. Se por um lado a imagem do jovem como um ser propenso à contestação e à violência é a mais veiculada, não se pode deixar de pensá-lo enquanto vítima. A proposta de Adorno vai iluminar o debate contrapondo os dois fenômenos: a juventude sujeito e objeto da violência na nossa sociedade. Começa mostrando como o processo de democratização coincidiu com o recrudescimento da violência. Antes se pensava que os surtos de violência no seio da sociedade brasileira estavam relacionados apenas com a ditadura, mas a condição de medo generalizado se perpetua. A hipótese é de que, para a opinião pública, parte da responsabilidade sobre a explosão da violência é do envolvimento de jovens com o crime. Mas para Adorno há no Brasil uma espécie de cultura “adultocêntrica” (2002: 101) que opera uma relação assimétrica entre os indivíduos que decidem (adultos) e os que devem obedecer (jovens). É um raciocínio parecido com o que Regina Novaes desenvolveu enquanto falava de cultura e participação. Essa situação começa a ser transformada com a lei 8069, de 13 de julho de 1990, criadora do Estatuto da Criança e do Adolescente. Todavia, Adorno nos mostra que o cotidiano dos jovens ainda apresenta-se bem diferente do que impõe o estatuto. O pesquisador mostra dados sobre assassinatos de crianças e adolescentes em São Paulo e o mais curioso é que a maior parte das vítimas não tinha envolvimento direto com atividades consideradas de risco, como o tráfico de drogas. Conclui que os jovens são as vítimas preferenciais da violência. Pode-se relativizar, todavia, uma frase na qual afirma: “Ser jovem é, em última instância, viver uma situação perigosa – os dados mostram isso de maneira contundente” (2002: 105). Para assegurar tal relação é necessário um pouco mais de pesquisa e identificar outras variáveis que, juntamente com a condição juvenil, corroboram para aumentar a probabilidade de ser vítima de violência na juventude. Tais como: a classe social que ocupa, a cor da pele e o gênero. A estatística utilizada

por Adorno em sua exposição não atenta para isso. Onde se localiza uma maior concentração de jovens numa cidade como São Paulo, se sabemos que a taxa de natalidade tende a ser mais alta entre as camadas de baixa renda? Nos bairros ricos ou nos pobres? Essa pergunta já basta para percebermos a influência que a realidade dos jovens pobres tem nas medições estatísticas. Outra informação interessante é que a maioria dos delitos registrados cometidos por jovens trata de furto, isto é, comportamentos delinqüentes mas não-violentos. De acordo com Adorno, há uma intolerância generalizada e não fundamentada com relação à juventude e, por outro lado, condescendência com os verdadeiros criminosos, pois 88% deles nem chegam a ser punidos.

Tal qual Adorno, La Taille inicia abordando a sensação experimentada pela população de uma maneira geral ante a violência. Ele fala de um mal-estar moral que se manifesta numa retração das preocupações políticas. Tudo isso imerso num contexto pautado pelo turbocapitalismo, uma realidade onde a ânsia de conforto contrasta com uma insegurança angustiante. Quando fala diretamente do tema em questão, verifica um antagonismo entre a noção de ética e a violência sem justificativa moral. Através de Freud, traz à tona a agressiva inerente a todos os homens. Dessa forma, afrouxa os laços da relação causal que diz: se jovem, logo violento. Nessa sua análise, a causa da violência se dá mais por uma ausência de formação moral do superego do que pela passagem da fase juvenil. Outro ponto bastante interessante levantado é a idéia de obediência. Utiliza-se da tese de Milgram para ratificar que os homens tem uma forte inclinação para o respeito a autoridade. Nesse caso, poderíamos entender a violência juvenil como um reflexo das violências praticadas na sociedade capitalista. A noção de decréscimo de auto-respeito também é usada. Com ela pretende expor a tese de que se opera uma minimização do papel dos valores éticos, de preservação da sociedade como um todo, no bojo da cultura individualista de nossa época. Quanto mais os valores éticos estiverem relacionados a construção da própria identidade do jovem, menor a chance dele transgredir-lhes. Nesse sentido, o sentimento de vergonha seria o motor de impedimento da ação violenta, pois seu mais severo arbítrio seria sua própria consciência ética. Segundo La Taille, ele “surge quando a pessoa se julga inferior a um ideal que possui” (2002: 121). A violência entre os jovens, portanto, deriva dos valores que hoje são colocados em primeiro plano pela

cultura. La Taille nos pergunta, com astúcia, sobre quais valores cuja ausência implica maior vergonha. “Serão os valores morais?” (2002: 122). E assenta: “O sentimento de vergonha talvez tenha abandonado o campo da ética, da honra, da dignidade, para habitar o campo do sucesso, da glória. Nunca se falou tanto em auto-estima, mas pouco se pensa em auto-respeito” (2002: 122).

Todos os temas tratados no livro delineiam o consenso acadêmico do que seria essencial para pensar políticas públicas de juventude. Fez falta, porém, a ausência de outros dois temas fundamentais: educação e sexualidade. Essas duas dimensões marcam decisivamente a trajetória juvenil em todos os estratos da sociedade. Elas estão vinculadas às necessidades de formação (ou preparação para os diversos papéis da vida adulta, não apenas o profissional) e reprodução. As abordagens sobre mais esses dois temas ofereceriam espaço, inevitavelmente, para reflexões acerca da família enquanto instituição básica de formação e derivada da reprodução. Ou seja, na juventude há também uma transição entre famílias, e uma mudança de *status* inevitável atrelada às novas obrigações de parentesco. Todavia, cabe perguntar: todas essas mudanças e as possíveis resoluções dos dilemas básicos ligados ao mundo do trabalho, drogas, participação política etc. esgotam a juventude? Se pudermos perceber dilemas semelhantes em fases posteriores da vida, o que legitima a relação com o conceito de juventude? Respostas para essas questões não podem ser encontradas nos debates transcritos para o livro. Nesse sentido, as faltas ocorridas no evento só reforçam a importância de se aprofundar o debate sobre juventude.

Referência bibliográfica

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. In; NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis, Vozes: 1998. 251p.

Recebido em *janeiro* de 2010

Aprovado em *março* de 2010